
A VIDA POR UM FIO: UMA RELEITURA CAMUSIANA DE A PESTE NOS TEMPOS MODERNOS¹

LIFE ON A LINE: A CAMUSIAN RE-READING OF THE PLAGUE IN MODERN TIMES

Claudinei Aparecido de Freitas da Silva²

Resumo:

Este artigo tem como objetivo desenvolver um diálogo entre o clássico literário de Albert Camus, intitulado *A Peste*, com a Filosofia e a recente disseminação global do coronavírus. O texto está organizado em dois momentos mais amplos. A princípio, faz-se uma breve descrição do livro *A Peste*. No segundo momento, é apresentado um comentário interpretativo à luz da crise sanitária promovida pelo contágio global do coronavírus, considerando uma articulação entre natureza e cultura. Neste segundo momento, pretende-se defender a tese segundo a qual o vírus não é apenas biológico, ou seja, um evento originalmente natural, mas cultural, social, econômico e, portanto, essencialmente político.

Palavras-chave: Camus; Peste; Coronavírus; Filosofia; Política.

Abstract:

This article aims to develop a dialogue between the literary classic by Albert Camus, with Philosophy and the recent global spread of the coronavirus. The text is organized in two broader moments. At first, it is a brief description of the book *The Plague*. In the second moment, an interpretative commentary is presented in light of the health crisis promoted by the global contagion of the coronavirus, considering an articulation between nature and culture. In this second moment, the aim is to defend the thesis according to which the virus is not only biological, that is, an originally natural event, but cultural, social, economic, and therefore essentially political.

Keywords: Camus; Plague; Coronavirus; Philosophy; Politics.



¹ O presente texto foi, originalmente, apresentado no V Colóquio Internacional Estética e Existência a partir da temática “Filosofia e Arte” no período compreendido de 13 a 15 de outubro de 2021 na UFPB.

² Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Filosofia da UNIOESTE – Campus Toledo. E-mail: cafsilva@uol.com.br

Ambientado no período do pós-guerra, em 1947, *A Peste*³ que, ao lado de outros trabalhos, lhe rendeu a Albert Camus, 10 anos depois, o Prêmio Nobel da Literatura. Trata-se de uma obra que transcende o seu alcance meramente literário como veremos no intercurso aqui das reflexões⁴. O interesse mais imediato é o de tentar minimamente compreender em que medida esse clássico da literatura dialoga não só com a Filosofia, mas situa-se de maneira oportuna como um pano de fundo sugestivo capaz de iluminar nossos tempos atuais, mais do que nunca, abissais. A exposição se organiza em dois momentos gerais. O primeiro é uma breve, bem sucinta descrição do livro. O segundo segue-se um comentário à luz da crise sanitária que atravessamos, a mais recente peste do século XXI partindo da relação natureza e cultura. Busco, então, nesse segundo momento, advogar a tese de que de que o vírus não é só biológico, quer dizer, um evento originariamente natural, mas cultural, social, econômico, e, portanto, essencialmente político.

A vida por um fio em Orã

Primeiro momento, pois. Ambientemos o lugar e o contexto onde se desenlaça a narrativa. Camus a situa na Segunda Grande Guerra, em Orã, uma pequena cidade ao norte da costa argelina que contava, à época, com 200 mil habitantes. Ele, de saída, dá voz à sua personagem central, o jovem médico Dr. Bernard Rieux, que, na verdade, é o narrador de toda a trama; trama essa que, do início ao fim, assume o caráter mais de uma crônica do que propriamente um romance. Em termos estéticos, mas também existenciais, é claro, a cidade é feia. É o que retrata o narrador: “Como imaginar, por exemplo, uma cidade sem pombos, sem árvores e sem jardins, onde não se encontra o rumor de asas nem de folhas quebradas? Em resumo: um lugar neutro” (Camus, 2008, p. 9). Trata-se de um ambiente moderno cultivado por hábitos de uma vida extremamente metódica voltada quase que, de maneira exclusiva, para o trabalho semana afora. Aliado à importância dos negócios, só se ouve falar em câmbio, notas fiscais e descontos. Ademais, outra peculiaridade da apática cidadezinha é a dificuldade ou desconforto para morrer. Isso porque viver, num lugar assim sem vegetação e sem alma, o doente fica realmente muito só. Afinal, a cidade fora construída de costas para baía mais parecendo um desenho perfeito: Orã simplesmente não vê o mar. O clima ali não poderia ser outro senão o de um tédio permanente.

Dada essa primeira apresentação, Rieux passa a reconstruir um cenário bem mais visceral que o mero tédio ou monotonia habitual: é, em plena primavera, num impreciso ano da década de 40, numa sinistra manhã de 16 de abril, que tudo começa. Ele saiu do seu consultório e, de repente, ao descer a escada do prédio, tropeça num rato morto. Logo mais, em passagem pelo subúrbio, em meio aos pacientes mais pobres, se depara, numa das ruas retas e poeirentas, com 12 ratos jogados sobre os restos de legumes e trapos sujos. Dali em diante, outros pequenos roedores começam a sair; veem-se em todas as latas de lixo. Não demora muito pra

³ Além da edição original francesa, de 1947, subsidiaremos, aqui, as duas mais representativas versões brasileiras: a primeira reeditada, em 1973, por Graciliano Ramos e, a segunda, reeditada, em 2008, por Valerie Rumjanek à qual adotaremos. Para uma maior comparação crítica entre ambas, indicamos a primorosa pesquisa de mestrado de Bicalho (2007).

⁴ Cabe, aliás, registrar que, em 1992, a crônica foi adaptada para o cinema, pelas mãos do diretor argentino Luis Puenzo, sendo interpretada por um elenco que contou com William Hurt, Sandrine Bonnaire, Robert Duval e Raul Julia.

se constatar que o bairro inteiro está tomado por camundongos que ocupam todos os espaços possíveis: desde os telhados, as fábricas, os porões, as adegas, os esgotos, os becos, as ruelas, os pátios, os terraços dos cafés. Registra-se que, só no dia 25 de abril, 6. 231 ratos foram recolhidos e queimados e, no dia 28, 8 mil deles. Fato é que o sentimento presente não passava, até então, de um pitoresco mal-estar diante, na verdade, de um episódio que marcaria depois a mísera cidade como um sinistro fenômeno em larga escala. O clima de ansiedade social, em breve, se transformaria em puro pânico! E isso porque, junto com o surgimento dos ratos vem a peste que passa acometer os concidadãos argelinos.

O primeiro deles é Michel, o porteiro do edifício em que trabalha Rieux. Em poucos dias, Rieux se confronta com o pobre porteiro agonizando, em seus últimos momentos, num leito. Rieux o encontra tomado de dores de cabeça, manchas pelo corpo, olhos vermelhos, tumores, sede terrível, boca seca, num dilaceramento brutalmente interior. E assim se sucediam com muitos outros que chegavam aos hospitais ou, pior, mal se mantinham em suas pobres habitações. É aí que começa o medo e a reflexão, como testemunha Rieux. Ele então, sem ter completa clareza do que estava acontecendo faz, de imediato, dois telefonemas: um para o serviço de desratização cujo diretor conhecia; outro para Richard, um médico local bastante respeitado a fim de que investigasse melhor seus pacientes que lhe chegavam com os mesmos sintomas. O Dr. Richard parecia não ver nada de extraordinário nos sintomas. Noutro momento, em caráter de urgência, numa reunião com o prefeito, entre outras autoridades médicas, ele considera “que, em sua opinião, não se devia ceder ao pânico. Tratava-se de uma febre com complicações inguinais e era tudo o que se podia dizer, uma vez que as hipóteses, na ciência como na vida, são sempre perigosas” (Camus, 2008, p. 50). Uma inflamada discussão ali toma curso. Rieux, de pronto, reage: “Trata-se de uma febre de caráter tifoide, mas acompanhadas de abscessos e de vômitos. Fiz incisões nos abscessos. Pude, assim, proceder a análises em que o laboratório julga reconhecer o bacilo da peste. Para ser preciso, é necessário dizer, entretanto, que certas modificações específicas do micróbio não coincidem com a descrição clássica” (Camus, 2008, p. 50-51). Por seu turno, Richard rebate que isso justificaria hesitações, o que retruca Rieux:

Quando um micróbio, depois de um breve silêncio, é capaz, em três dias, de quadruplicar o volume do baço, de dar aos gânglios mesentéricos o volume de uma laranja e uma consistência de mingau, já não permite hesitações. Os focos de infecção encontram-se em expansão crescente. Pela rapidez com que a doença se propaga, se não for detida, pode matar metade da população em menos de dois meses. Consequentemente, pouco importa que lhe deem o nome de peste ou febre de crescimento. O essencial é apenas impedi-la de matar metade da cidade (Camus, 2008, p. 51).

Ora, Richard adota claramente outra posição, ou seja, a de “que não era preciso ver as coisas desse modo e que, além disso, o contágio não havia sido comprovado, já que os parentes dos doentes ainda estavam imunes” (Camus, 2008, p. 51). Outro colega de profissão bem mais velho, Castel, no entanto, trava esse curioso diálogo: ele pergunta a Rieux se este sabe do que se trata? Ao que Rieux responde: “estou esperando o resultado das análises” (Camus, 2008, p. 39). Castel, com toda a sua experiência, perspicazmente observa: “Pois eu sei. E não preciso de análises. Fiz uma parte da minha carreira na China e vi alguns casos em Paris, há uns vinte anos. [...] ‘É impossível, todo mundo sabe que ela desapareceu do Ocidente’,

dizia um colega. Sim, todos sabiam exceto os mortos. Vamos, Rieux, você sabe tão bem quanto eu o que é” (Camus, 2008, p. 39).

A realidade nua e crua não podia tomar outra forma que a de uma cidade amarela e cinzenta em que cada vez mais se “observa os furúnculos, as manchas, as febres delirantes, fatais em 48 horas” (Camus, 2008, p. 52). Fato é que se assiste tantas pessoas que começam a morrer de tal modo que a epidemia toma conta da cidade, espalhando vírus e pânico em todas as ruas. Milhares de cidadãos aflitos choram copiosamente seus entes, seus próximos. São situações típicas como a que temos visto nos noticiários: pilhas de mortos, sem ter como enterrá-los dignamente. A imposição de isolamento, a necessidade de mudança de hábitos, assim como as formas de se interpretar o flagelo, são narradas de um jeito único. A escalada de mortes é cada vez mais galopante; um regime de quarentena é, enfim, instalado. Fato é que o local foi tragicamente vitimado por uma epidemia, durante o século XIX, e é este o episódio que inspira a crônica, o que nos leva a questionar, por exemplo, se não seriam análogas à peste bubônica ou à temida Peste Negra que assolou a Europa medieval. Diante de todo esse diagnóstico, Rieux põe-se, então, a refletir:

A palavra “peste” acabava de ser pronunciada pela primeira vez. Neste momento da narrativa, com Bernard Rieux atrás da janela, permitir-se-á ao narrador que justifique a incerteza e o espanto do médico, já que, com algumas variações, sua reação foi a da maior parte dos nossos concidadãos. Os flagelos, na verdade, são uma coisa comum, mas é difícil acreditar neles quando se abatem sobre nós. Houve no mundo igual número de pestes e de guerras. E, contudo, as pestes, como as guerras, encontram sempre as pessoas igualmente desprevenidas. Rieux estava desprevenido, assim como nossos concidadãos; é necessário compreender assim as duas hesitações. E por isso é preciso compreender, também, que ele estivesse dividido entre a inquietação e a confiança. Quando estoura uma guerra, as pessoas dizem: “Não vai durar muito, seria estúpido”. Sem dúvida, uma guerra é uma tolice, o que não a impede de durar. A tolice insiste sempre, e nós a compreenderíamos se não pensássemos sempre em nós. Nossos concidadãos, a esse respeito, eram como todo mundo: pensavam em si próprios. Em outras palavras, eram humanistas: não acreditavam nos flagelos. O flagelo não está à altura do homem; se diz então que o flagelo é irreal, que é um sonho mau que vai passar. Mas nem sempre ele passa e, de sonho mau em sonho mau, são os homens que passam, e os humanistas em primeiro lugar, pois não tomaram as suas precauções. Nossos concidadãos não eram mais culpados que os outros. Apenas se esqueciam de ser modestos e pensavam que tudo ainda era possível para eles, o que pressupunha que os flagelos eram impossíveis. Continuavam a fazer negócios, preparavam viagens e tinham opiniões. Como poderiam ter pensado na peste, que suprime o futuro, os deslocamentos e as discussões? Julgavam-se livres, e jamais alguém será livre enquanto houver flagelos (Camus, 2008, p. 40-41).

De todo modo, aos olhos de Rieux, o perigo continuava real:

Ele procurava reunir no seu espírito o que sabia sobre a doença. Números flutuavam na sua memória e ele dizia a si mesmo que umas três dezenas de pestes que a história conheceu tinham feito perto de cem milhões de mortos. Mas que são cem milhões de mortos? Quando se fez a guerra, já é muito saber o que é um morto. E visto que um homem morto só tem significado se o vemos morrer, cem milhões de cadáveres semeados através da história esfumaçam-se na imaginação (Camus, 2008, p. 41).

Há, no entanto, uma questão chave que atordoa o jovem médico. Não se pode manter, frente a isso, a sangue-frio. É preciso agir ou reagir, uma vez que se está numa corrida contra o relógio⁵. O nó do problema se chama tempo. Rieux põe a prefeitura contra a parede. É assim que, após aquela reunião, algumas medidas começam a ser tomadas. Alguns cartazes anunciam procedimentos como “uma desratização química, por injeção de gases tóxicos nos esgotos, e uma vigilância severa do fornecimento de água. Recomendava aos habitantes o asseio mais rigoroso e convidava, enfim, todos os que tinham pulgas a se apresentarem nos dispensários municipais” (Camus, 2008, p. 54). Tudo isso somado, é claro, às medidas de isolamento dos doentes em salas especiais do hospital, a desinfecção obrigatória do quarto do enfermo e o veículo de transporte; por fim, funerais mais bem organizados.

De todo modo, Rieux estava cômico de que tais medidas ainda são insuficientes: “se a epidemia não cessasse por si própria, não seria vencida pelas medidas que a administração tinha imaginado” (Camus, 2008, p. 61). Afinal, faltava muito mais coisa a ponto, inclusive, do prefeito declarar o estado de peste e, com isso, o fechamento da cidade.

Com tal medida extrema, cria-se um incontornável dilema para outra personagem que entra em cena nessa crônica: Raymond Rambert, um jornalista atendido por Rieux. Rambert fazia pesquisa para um grande jornal de Paris sobre as condições de vida dos árabes buscando se informar mais a respeito de sua situação sanitária. Ele havia acabado de chegar em Orã, mas tinha planos de voltar, o mais breve possível para Paris, em que deixara a mulher que ama. A cidade estava sitiada e, portanto, ninguém entra, ninguém pode sair mais. O que se avizinha é uma realidade que escapa a todo planejamento, projetos de vida, etc. Eis porque o ofício da medicina leva Rieux a expandi-lo para além do consultório. Passa a ser um ofício realmente pesado, pois transformou o trabalho num verdadeiro sacerdócio. Ele ia ao encontro das famílias dos doentes. Aconselhava, orientava, levava algum conforto. Afinal, ele passa a reconhecer, com muito mais senso crítico, que “a partir desse momento, pode-se dizer que a peste se torna um problema comum a todos nós [...] o sentimento de todo um povo e, juntamente com o medo, o principal sofrimento desse longo exílio” (Camus, 2008, p. 67). Como a personagem não deixa de ilustrar:

Na verdade, uma das consequências mais importantes do fechamento das portas foi a súbita separação em que foram colocados seres que não estavam preparados para isso. Mães e filhos, esposos, amantes que tinham julgado proceder, alguns dias antes, a uma separação temporária, que se tinham beijado na plataforma da nossa estação, com duas ou três recomendações, certos de se reverem dentro de alguns dias ou algumas semanas, mergulhados na estúpida confiança humana, momentaneamente distraídos de suas ocupações habituais por essa partida, viram-se, de repente, irremediavelmente afastados, impedidos de se encontrarem ou de se comunicarem (Camus, 2008, p. 67).

Assim, fica evidente o exílio, isto é, o martírio quando a cidade é fechada, até mesmo o envio de cartas é proibido. Tamanho impacto não poderia ser outro no instante em que Rieux descreve a situação precária do hospital, além de locais que

⁵ “Os ratos morreram da peste ou de qualquer coisa muito parecida – resumiu ele. – Puseram em circulação dezenas de milhares de pulgas que irão transmitir a infecção segundo uma progressão geométrica, se não conseguirmos detê-la a tempo” (Camus, 2008, p. 62).

foram transformados para o atendimento das vítimas e a forma de isolamento das famílias acometidas pela doença. Os enterros, rituais que a partir de um momento já não eram mais possíveis, foram substituídos pelos sepultamentos de todos juntos sem distinções de sexo e, mais tarde, por falta de espaço, foram lançados ao mar.

A princípio, “não havia razão para que a doença não durasse mais que seis meses, talvez um ano, ou mais” (Camus, 2008, p. 72). Fato é que o flagelo mal se iniciou na primavera e já se arrasta nas estações seguintes. Por mais que “ninguém aceitara ainda verdadeiramente a doença” (Camus, 2008, p. 77), o comércio, em geral, tinha padecido da peste. O cenário de penúria era paralisante, muito embora o comércio de vinhos e álcool ocupasse o primeiro lugar. A bem da verdade, bebia-se muito: “quem vinho bebe, mata a febre”, segundo o mantra dos boêmios beberrões. “Todas as noites, por volta das dez horas, um número considerável de bêbados expulsos dos cafés enchia as ruas, espalhando afirmações otimistas” (Camus, 2008, p. 79), retrata nosso cronista.

É aí que entra em cena outra curiosa personagem que, ao que parece, tinha uma concepção bem adversa da peste: Cottard. Ele era um representante de vinhos e de licores. Mantinha, todavia, uma atitude misteriosa. Era calado, fechado, com um jeito de javali. “Sua frase favorita: ‘Os grandes sempre comem os pequenos’” (Camus, 2008, p. 56)⁶. De repente, do nada, passa a adotar outro comportamento, em regra, mais amistoso, simpático, cordial. Em seu afã capitalista, Cottard, de quem “cujas despesas ultrapassavam agora as receitas, tinha se envolvido em negócios de contrabando de produtos racionados. Assim, revendia cigarros e mau álcool, cujos preços subiam sem cessar e já lhe propiciavam uma pequena fortuna” (Camus, 2008, p. 133-134). Dizia: “me sinto bem melhor aqui desde que temos a peste conosco” (Camus, 2008, p. 134). Ora, ele era um negociante: tomava parte do contrabando onde se passavam mercadorias pelas portas da cidade, obtendo apreciáveis lucros. Evidentemente que Cottard jamais tomaria partido junto às comissões voluntárias de combate à epidemia. Como reforçara: “sinto-me bem na peste. Não vejo por que haveria de me empenhar em fazê-la cessar” (Camus, 2008, p. 150). Ele muito provavelmente se culparia pelo flagelo ainda mais se este o beneficiava no momento⁷. Conforme um conhecido dito popular, “a ocasião faz o ladrão”...

Em meio a uma cidade sitiada, além da economia, a religião também ocupa um espaço nada desprezível. A religião emerge num cenário que busca explicações, justificações. É, nesse contexto, que a figura de Paneloux, um padre jesuíta toma lugar. Em sua catedral lotada, ele sobe ao púlpito, se dirige aos fiéis, com o seguinte sermão: “Irmãos, caístes em desgraça, irmãos o merecestes” (Camus, 2008, p. 92). Referindo-se à peste no Egito, narrada pelo *Êxodo*⁸, pontifica: “A primeira vez em

⁶ Como, desde já, não se reportar aqui, a esses versos da memorável canção de Zé Geraldo, *Banquete de Hipócritas*: “O presidente come o vice-presidente/ Que come o diretor/ O diretor come o gerente/ Que come o supervisor/ O supervisor por não ter a quem comer/ Come o trabalhador/ O trabalhador come o pão/ Que o diabo amassou”.

⁷ “Em resumo, a peste lhe convém. De um homem solitário que não queria sê-lo, ela fez um cúmplice. Porque, visivelmente, é um cúmplice e um cúmplice que se deleita. É cúmplice de tudo o que vê, das superstições, dos terrores ilegítimos, das suscetibilidades dessas almas em alerta; da sua mania de querer falar da peste o menos possível e, no entanto, de falar dela sem cessar; de sua aflição e de sua palidez à menor dor de cabeça, desde que sabe que a doença começa por cefaleias, e de sua sensibilidade irritadiça, suscetível, instável, enfim, que transforma em ofensa esquecimentos e se aflige com a perda de um botão de camisa.” (Camus, 2008, p. 186).

⁸ O reverendo Paneloux se reporta à célebre passagem dos capítulos 7 a 12 do segundo livro bíblico em que Deus, ao defender o povo de Israel, atira, contra o faraó e os egípcios, as dez pragas: a primeira

que esse flagelo aparece na história é para atacar os inimigos de Deus. O faraó opõe-se aos desígnios eternos e a peste o faz então cair de joelhos. Desde o princípio de toda a história, o flagelo de Deus põe a seus pés os orgulhosos e os cegos. Meditai sobre isso e caí de joelhos” (Camus, 2008, p. 93). O reverendo prossegue em sua prédica:

Se hoje a peste vos olha, é porque chegou o momento de refletir. Os justos não podem temê-la, mas os maus têm razão para tremer. Na imensa granja do universo, o flagelo implacável baterá o trigo humano até que o joio se separe do grão. Haverá mais joio que grão, mais chamados que eleitos e essa desgraça não foi desejada por Deus. Por longo tempo, este mundo compactuou com o mal, repousou na misericórdia divina. Bastava arrepender-se, tudo era permitido. E para se arrependerem, todos se sentiam fortes. Chegando o momento, o arrependimento viria por certo. Até lá, o mais fácil era deixar-se levar; a misericórdia divina faria o resto. Pois bem! Isso não podia durar. Deus, que durante tanto tempo baixou sobre os homens desta cidade seu rosto de piedade, cansado de esperar, desiludido na sua eterna esperança, acabara de afastar o olhar. Privados da luz de Deus, eis-nos por muito tempo nas trevas da peste! (Camus, 2008, p. 93-94).

A homilia, então, se conclui:

Meus irmãos”, disse com ímpeto, “é a mesma caçada mortal que hoje prossegue nas nossas ruas. Vede-o, esse anjo da peste, belo como Lúcifer e brilhante como o próprio mal, erguido acima dos vossos telhados, empunhando a lança vermelha à altura da cabeça, designando com a mão esquerda uma de vossas casas. Nesse mesmo instante, talvez, o seu dedo se estende para a vossa porta, a lança ressoa sobre a madeira: mais um instante e a peste entra em vossa casa, senta-se no vosso quarto e espera o vosso regresso. Ela está lá, paciente e atenta, segura como a própria ordem do mundo. Essa mão que ela vos estenderá, nenhum poder humano, nem sequer, sabeis-o bem, a vã ciência humana, pode fazer com que a eviteis. E, batidos na eira sangrenta da dor, sereis repelidos como a palha (Camus, 2008, p. 94).

Ora, pois, qual a repercussão que um sermão desse projeta na nobre consciência dos fiéis da pequena Orã? O Sr, Otho, juiz da cidade, considerou o sermão do padre Paneloux “absolutamente irrefutável”! Não demorou muito para que Tarrou interpelasse Rieux sobre a sua impressão. Este, desde logo, emplaca: “Deus não existia, já que, de outro modo, os padres seriam inúteis” (Camus, 2008, p. 113). E explica-se: “Paneloux é um estudioso. Não viu a morte o suficiente, e é por isso que fala em nome de uma verdade. Mas o mais modesto padre de aldeia, que cuida dos seus paroquianos e que ouviu a respiração de um moribundo, pensa como eu. Ele trataria da miséria antes de querer demonstrar-lhe a excelência” (Camus, 2008, p. 121).

Veremos, mais tarde, que Peneloux se juntará à força-tarefa que Rieux montará, num momento profundamente crucial em que passará a ler a pandemia, ao que parece, por outras lentes! Essa força – vale adiantar – nada mais é do que um plano de organização para comissões sanitárias espontâneas organizada por Tarrou. Rieux estava cômico de que “se acreditasse num Deus todo poderoso, deixaria de curar os homens, entregando a ele esse cuidado” (Camus, 2008, p. 121). Afinal, “já

é a transformação da água em sangue; a segunda, as rãs; a terceira, os mosquitos; a quarta, as moscas; a quinta, a peste dos animais; a sexta, as úlceras; a sétima, o granizo; a oitava, os gafanhotos; a nona, as trevas e, por fim, a décima, a morte de todos os primogênitos. (Cf. VVAA, 1977).

que a ordem do mundo é regulada pela morte, talvez convenha a Deus que não acreditemos nele e que lutemos com todas as nossas forças contra a morte, sem erguer os olhos para o céu, onde ele se cala” (Camus, 2008, p. 123). Mesmo que todas as vitórias sejam efêmeras, acredita Rieux, não há razão para deixar de lutar. “Quem lhe ensinou isso, pergunta Tarrou?” Rieux responde: “a miséria” (Camus, 2008, p. 123).

Para terminar, a questão-chave posta por Rieux é quanto ao caráter intersubjetivo do problema. O flagelo deixa de ser um problema meramente individual para ser tornar coletivo: “pelo menos então a situação era clara: o flagelo era problema de todos” (Camus, 2008, p. 175). Sem dúvida, “essas comissões ajudaram os nossos concidadãos a penetrar mais na peste” (Camus, 2008, p. 126). Não se trata de reduzir o homem a uma ideia, nem de brincar de santo ou herói. Mais que um ato de heroísmo, trata-se, antes, de honestidade que é a única maneira de lutar contra a peste. Diante de uma cidade empestada, “já não havia então destinos individuais, mas uma história coletiva que era a peste e sentimentos compartilhados por todos. O maior era a separação e o exílio, com o que isso comportava de medo e de revolta (Camus, 2008, p. 159). Outro dado, significativo do ponto de vista estatístico, é que “a peste tinha feito muito mais vítimas nos subúrbios, mais povoados e menos confortáveis, que no centro da cidade” (Camus, 2008, p. 160). Outro registro impactante é o de que “muitos dos enfermeiros e coveiros, a princípio, oficiais, depois improvisados, morreram de peste” (Camus, 2008, p. 167). “A peste, é preciso que se diga, tirara a todos o poder do amor e até mesmo da amizade. Porque o amor exige um pouco de futuro e para nós só havia instantes” (Camus, 2008, p. 173). Tratava-se de uma “necrópole em que a peste, a pedra e a noite tinham feito calar, enfim, todas as vozes” (Camus, 2008, p. 164).

Esse cenário leva o reverendo Paneloux a um profundo exame de consciência mais clerical a ponto de modificar o seu discurso de antes. Ao tomar corpo, ao lado de Rieux, nas comissões sanitárias, o padre, enfim, reconheceu, nesse momento, o quanto a questão da saúde se torna, de fato, um problema de primeira ordem para além de quaisquer outras disputas. A religião do tempo da peste não pode ser mais a mesma de antes: clássica e moralmente indulgente. Paneloux passa a se reportar à crônica da grande peste ocorrida em Marselha, na qual dos 81 religiosos do Convento de La Mercy, só quatro sobreviveram à febre, sendo que, desses, três fugiram. Ele termina a sua nova pregação assim:

“Meus irmãos, é preciso ser aquele que fica!” [...] Então o Padre Paneloux evocou a grande figura do Bispo Belzunce durante a peste de Marselha. Lembrou que, pelo fim da epidemia, o bispo, tendo feito tudo o que devia fazer, julgando que já não havia remédio, se trancou com víveres na sua casa, que mandou murar; que os habitantes, de quem era o ídolo, por uma reviravolta de sentimentos, tal como se encontra por vezes no excesso das dores, zangaram-se com ele, cercaram-lhe à casa de cadáveres para infectá-lo e chegaram até a atirar corpos por cima dos muros para fazê-lo morrer com mais certeza. Assim, o bispo, numa última fraqueza, tinha julgado isolar-se da morte no mundo, e os mortos caíam-lhe do céu sobre a cabeça. Esse era também nosso caso, já que devíamos persuadir-nos de que não havia ilha na peste. Não, não havia meio-termo. Era preciso admitir o escândalo, pois era necessário escolher entre odiar a Deus ou amá-lo. E quem ousaria escolher o ódio a Deus? “Meus irmãos”, disse por fim Paneloux, anunciando que ia terminar, “o amor de Deus é um amor difícil. Ele pressupõe o abandono total de si mesmo e o menosprezo da pessoa” (Camus, 2008, p. 215).

O exemplo acima pinta um quadro perfeito de certa hipocrisia cristã que parece arder junto com as fogueiras da peste. Antes tarde do que nunca para um cristão praticar tamanha virtude, qual seja, “ser aquele que fica!” “Afinal”, num cenário diluviano como esse

[...] vê-se que ninguém é realmente capaz de pensar em ninguém, ainda que seja na pior das desgraças. Porque pensar realmente em alguém é pensar de minuto a minuto, sem se deixar distrair pelo que quer que seja: nem os cuidados da casa, nem a mosca que voa, nem as refeições, nem uma coceira. Mas há sempre moscas e coceiras. É por isso que a vida é difícil de viver. E eles sabem muito bem (Camus, 2008, p. 227).

Tarrou é outra personagem que põe a toda prova essa consciência:

Compreendi assim que eu, pelos menos, não tinha deixado de ser um empestado durante todos esses longos anos em que, portanto, com toda a minha alma, eu julgava lutar contra a peste. Descobri que tinha contribuído indiretamente para a morte de milhares de homens, que tinha até provocado essa morte, achando bons os princípios e as ações que a tinham fatalmente acarretado (Camus, 2008, p. 237).

Ele se investe contra a lógica perversa, repugnante de que falara Paneloux ao se reportar à experiência de Marselha em que, muitas vezes, os grandes empestados são aqueles que vestem togas vermelhas. Como volta a notar Tarrou:

É ainda por isso que esta epidemia não me ensina nada, senão que é preciso combatê-la a seu lado. Sei, de ciência certa (sim, Rieux, sei tudo da vida, como vê), que cada um traz em si a peste, porque ninguém, não, ninguém no mundo está isento dela. [...]. O que é natural é o micróbio. O resto – a saúde, a integridade, a pureza, se quiser – é um efeito da vontade, de uma vontade que não deve jamais se deter (Camus, 2008, p. 238-239).

Rieux, enfim, bem percebe que a hora do “o exame de consciência é dura para o prisioneiro ou o exilado que só pode examinar o vácuo” (Camus, 2008, p. 174). Mesmo, no cansaço, Rieux tinha ao menos a consciência de que o seu papel já não era o de curar, mas, sim, de diagnosticar. Nossa aguerrida personagem termina sua crônica se colocando, pois, como ela mesmo confessa:

[...] para não ser daqueles que se calam, para depor a favor dessas vítimas da peste, para deixar ao menos uma lembrança da injustiça e da violência que lhes tinham sido feitas e para dizer simplesmente o que se aprende no meio dos flagelos: que há nos homens mais coisas a admirar que coisas a desprezar [...] o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz (Camus, 2008, p. 290-291).

A vida, por um fio, hoje

Esse atemporal trabalho de Camus fulgura, pois, como um gesto literário de resistência, um aceno de desespero a céu aberto ou encoberto já que “só é possível viver à sombra das persianas fechadas” (Camus, 2008, p. 9). Em tal contexto, o

problema sanitário provocado pela praga de ratos em escala exponencial, em meio ao “olho do furacão”, durante a Ocupação alemã, insurge, aqui, como uma metáfora, sugestiva por sinal, contra toda forma de obscurantismo ideológico em que, tão somente, se vive ou sobrevive-se. Camus confronta suas personagens com um dilema ético: sair da cidade para escapar da peste ou enfrentar a epidemia? O que fazer numa França ocupada? Colaborar ou resistir?

Ora, o escritor constrói a narrativa da verdadeira resistência que vai da apatia à ação já que o bacilo da peste ainda persiste não só nos organismos biológicos humanos, mas, sobretudo, políticos. Assim pouco mais de 70 anos de sua primeira edição, em 1947, o livro parece lançar alguma luz, em nosso tempo ao tocar em questões cadenciais como a burocratização da informação e o sentido do coletivo! O flagelo da pandemia reúne, enfim, a ficção (imaginário) e o real, fundindo-os como expressões de um só fenômeno que persiste intrepidamente: a vida por um fio.

Para tanto, uma questão de fundo, desperta no leitor ou espectador cinéfilo de imediato, posta em termos camusianos: como suportar o que uma vida pode pôr de mais absurdo? Para alguns, religiosos, trata-se de orar tão somente e, com isso, ganhar a graça frente à desgraça como castigo divino. Para outros, a indiferença ao desespero humano é, na verdade, uma boa ocasião para lucrar de alguma forma. Já, para outros, e essa é a lição a ser extraída do autor da crônica, cabe a revolta, a revolta frente a um cenário que, a bem da verdade, não é tão natural quanto parece à primeira vista. É preciso não só discernimento, mas a coragem necessária capaz de verter o sentimento humano em algo transformador, isto é, empático a fim de aliviar a dor e a mazela da perda, sobretudo, junto à população mais vulnerável.

Se, por uma parte, a existência humana é absurda, por outra, ela nos convida a revoltar, isto é, a resistir bravamente transcendendo todo sentimentalismo clichê de uma sociedade hipócrita e inóspita. É sob esse prisma que a crônica de Camus aposta na revolta como resposta à absurdidade. Talvez o livro esteja enunciando, eticamente, que mais absurdo que o absurdo ou o maior dos absurdos seja certa moral “elegante” travestida do mais puro sentimento solidário ou ainda que a compaixão, por si só, já nos redime. Devemos amar o próximo só que sob uma condição: que esse se mantenha longe, bem longe dos olhos. É contra esse “pseudo” engajamento que *A Peste* se volta ou se revolta. A princípio não seria preciso de tragédias ou situações de maior impacto fatal a fim de justificar ou compensar nossa fugacidade da vida, nossas dúvidas, fechar nossas feridas. Pois bem, são essas fragilidades que elaboram nossa concepção de mundo tendo a condição humana como pano de fundo pedagógico. Tais vicissitudes fazem repensar nossas vidas.

Como vemos, são múltiplas as questões advindas dessa crônica. Cada personagem traz em si problemas que se desdobram e, ao mesmo tempo, articulam-se. A crônica narrada por um médico que não se confina em seu consultório, mas que, diante do sentimento de absurdo motivado por um cenário que parecia longínquo, surreal, põe, a toda prova, a sua vocação (ou convocação) é, sem sombra de dúvida, intrigante. Rieux dá voz aos profissionais de saúde hoje num árduo trabalho sisífico de campo. Estes assumiram a linha de frente na contenção da pandemia de modo que, em período de quarentena, o distanciamento de tais trabalhadores difere do resto da população, se isolando em seus locais de trabalho.

Assim, a luta contra o vírus e a mudança no cotidiano da sociedade confunde literatura com a vida real. Na crônica que acabamos de acompanhar, tal luta é encarnada pela classe médica; classe essa que, as duras penas, se debate com a

precariedade de um sistema de saúde. Não raras vezes, é levada a improvisar, com a ausência de respiradores, de leitos de UTIs caso haja um aumento de pessoas doentes e a falta de equipamentos de proteção individual (EPI's), necessários para quem está em contato com o vírus. Equipamentos como máscaras, aventais, viseiras fazem toda diferença para os trabalhadores de saúde que, além de enfrentarem algo novo, abdicam de suas vidas a ponto de improvisar muitos outros utensílios, num ambiente emocionalmente adverso. Da mesma maneira que Rieux, com a esperança de encontrar seu paciente saturando suficientemente bem com o cateter nasal, apesar dos pulmões tomados pelo SARS-CoV2, tais profissionais não têm razões para desistir de lutar.

Ao olharmos, por exemplo, para o novo coronavírus, nos deparamos como uma doença da solidão e do medo, medo de ter suas vidas nas mãos de pessoas estranhas, das quais só avistamos olhos por trás da face *shield*, dos óculos das máscaras. Medo de morrer sozinho; medo, enfim, de mal ter um enterro digno. Por isso, em *Exhortation aux Médecins de la Peste*, texto publicado, em 2020, Camus observa:

A primeira coisa é que vocês nunca devem ter medo. Vimos pessoas fazerem seu trabalho como soldados muito bem, embora tenham medo de canhões. Mas a bala também mata os bravos e os trêmulos. Há chance na guerra, enquanto há muito pouco na peste. O medo vicia o sangue e aquece o humor, todos os livros dizem isso. Ele (o medo), portanto, se dispõe a receber as impressões da doença, e, para que o corpo supere a infecção, é necessário que a alma seja vigorosa. Ora, não há outro medo senão o de um fim último, a dor sendo passageira. Vocês, portanto, médicos da peste, devem se fortalecer contra a ideia da morte e se reconciliar com ela, antes de entrar no reino que a peste está lhe preparando. Se vocês são vencedores neste ponto, vocês estarão em toda parte e nós iremos vê-los sorrir no meio do terror. Concluam que vocês precisam de uma filosofia. (Camus, 2020, p. 5).

O medo deve dar lugar à utopia, à esperança. É preciso se fortalecer em face da desgraça. Para isso, urge a necessidade de que sem reflexão e, portanto, sem filosofia, a alma jamais se revigora. Jamais ela terá o alento necessário para superar esse estado de coisas. Fato é que o cientista atual, a medicina, em tempos de pandemia, passou a se dar conta melhor desse preceito! São em tempos assim, extremamente cruciais, que o infectologista, o médico, o enfermeiro, o assistente social, etc tomam a linha de frente, ou seja, cavam trincheira. Não podem ficar apáticos, indiferentes, insensíveis! Não há aí como ser neutro. Não há neutralidade científica. Nunca o cientista-médico foi tão duramente coagido a desinstalar-se de certa zona de conforto, ou seja, de rever certa ética científicista no sentido de vir assumir, mais concretamente, o mundo da vida em sua realidade nua e crua tal qual ela aparece. Isso porque o sintoma não é puramente subjetivo, vivido tão somente pelo infectado, mas intersubjetivo. Há aí, conforme Pimenta (2012), uma nova ética, uma “ética da alteridade”. O corpo não é só “meu”, mas “teu”. O meu corpo não me pertence tão somente; há uma “intercorporeidade” que reclama, em termos de revolta, para além dos marcos do “meu corpo, minhas regras”! Como nos ensina Rieux, o profissional da medicina deve atender a um apelo ético de empatia, de solidariedade real, de despojamento a ponto de pôr a própria vida em risco! É a entrega total à facticidade, à recepção a outrem. Isso mostra, por exemplo, no tocante ao tema que nos ocupa, que o enfrentamento da crise, do coronavírus não é uma linha de combate que interessa tão somente ao epidemiologista ou biólogo

sanitarista de plantão. Tal resistência é um gesto que reclama todos numa postura multidisciplinar, aberta, transversal e, portanto, ampla, radicalmente alargada. Trata-se de um problema que requer um trabalho em rede, múltiplos esforços em conjunto.

Camus prossegue em sua exortação:

Vocês também terão que estar sóbrios em todas as coisas, o que não significa ser casto, o que seria outro excesso. Cultivem a alegria razoável para que a tristeza não altere o licor do sangue e o prepare para a decomposição. Não há nada melhor nisso do que usar vinho em quantidades apreciáveis, para aliviar um pouco o ar de consternação que chegará da cidade empestada. (Camus, 2020, p. 5).

Camus dirige aqui um elogio a Baco. Ele assume certo traço dionísíaco na medida em que meio a toda desgraça advinda da pandemia, é preciso serenidade, alegria. E isso pode ser feito transformando esse gesto magnânimo de resistência numa celebração; celebração do vinho, mas com sobriedade, é claro. “Em geral”,

observais que a medida é o primeiro inimigo da peste e o domínio natural do homem. Nêmesis não era, como lhe disseram nas escolas, a deusa da vingança, mas a da medida. E seus terríveis golpes só atingiram os homens quando eles se lançaram na desordem e no desequilíbrio. A peste vem do excesso. Ela é o próprio excesso e, portanto, não sabe se conter. Saiba disso, se vocês quiserem lutar pela clarividência. (Camus, 2020, p. 5-6).

Mais aristotélico que isso, impossível. Camus orienta os profissionais da medicina no sentido de se acautelarem praticando a virtude, a justa medida das coisas. Nada de excessos; é preciso agir com prudência. Por isso, dirige-se ainda ele: “Vocês devem, enfim, tornar mestres de vocês mesmos. [...]. Munidos desses remédios e dessas virtudes, não restará nada mais do que recusar a fadiga e manter a vossa imaginação renovada”. (Camus, 2020, p. 6). Ora, “vocês continuarão a se revoltar contra essa confusão terrível onde aqueles que recusam seus cuidados aos outros perecem na solidão enquanto que aqueles que se dedicam morrem na aglomeração” (Camus, 2020, p. 7). É que uma “alma pacificada permanece a mais firme. Vocês serão firmes, diante dessa estranha tirania [...]. Quando mesmo essa religião vier a nós do céu, é preciso então dizer que o céu é injusto” (Camus, 2020, p. 7-8). Assim, portanto, “chegará o dia em que vocês vão querer chorar seu desgosto diante do medo e da dor de todos. Nesse dia não haverá mais remédio que eu possa lhes dizer, exceto a compaixão que é irmã da ignorância” (Camus, 2020, p. 8).

É evidente que, em nosso tempo, a crise da saúde pública agrava-se ainda mais em proporções que faz a crônica sair do ficcional para o real. Tudo se passa como se a vida imitasse a arte revestindo *A Peste* com um caráter profético. O que esperar do poder público, do ministério da saúde, de atitudes mais exemplares de nossos parlamentares, de nossos magistrados e até mesmo de nossos empresários?

Uma força tarefa de muitos institutos ou laboratórios no sentido de informar e auxiliar, num profundo interesse humanitário, evapora-se ante ao humor rasteiro de certas autoridades públicas. É um apelo inaudível. A campanha ideológica contra os que atuam solitariamente no combate *tête-à-tête* com a doença, desconsiderando a dor das vítimas e suas famílias, torna-se aviltante. O egoísmo dos que se recusam a adotar medidas de segurança que amenizaria a crise talvez seja a face mais bizarra da falta de empatia. A lentidão das autoridades à ausência de solidariedade de alguns

dão realmente expressão a uma gestão de escárnio completo que a pobre Orã muito bem encarnara, como vimos. O que há nessa forma social?

Há uma estrutura a ser desconstruída marcada por um processo de alienação e separação entre dois níveis ou polos: o natural e o cultural. Propaga-se, aos quatro cantos, a ideologia de que o vírus é um agente biológico puro e simples. Difunde-se então a crença de que não se pode politizar a questão, haja vista que se trata de um problema exclusivamente natural não havendo outra saída senão a imunidade de rebanho. É preciso salvar a economia à custa de uma política higienista. Somente os mais fortes, ou se quiser, os indivíduos com “histórico de atleta” sobreviverão. Fazer o quê, não é mesmo? Na vida, um dia todos morrem. Ora, na contramão de certa concepção “darwinista”, Merleau-Ponty (1945, p. 199) já observara que o “homem é uma ideia histórica e não uma espécie natural”. No fundo, “estou lançado em uma natureza, e a natureza não aparece somente fora de mim, nos objetos sem história, ela é visível no centro da subjetividade” (Merleau-Ponty, 1945, p. 398). Quer dizer: a covid19 não está lançada só na natureza; mas no coração mesmo da cultura! Há uma inscrição subjetiva nesse processo, isto é, humanamente constituída. Não é mais a natureza física, inerte, mas a natureza moldada socialmente, culturalmente! O vírus “traz a marca da ação humana” (Merleau-Ponty, 1945, p. 399) já que “a distinção dos dois planos (natural e cultural) é, aliás, abstrata: tudo é cultural em nós [...] e tudo é natural em nós” (Merleau-Ponty, 1964, p. 306-307). Ao ampliarmos dessa forma o foco do problema, o vírus não surge como cogumelo instalando-se físico-quimicamente. Ele habita a polis, a cidade; portanto, toma forma política! Como atesta a personagem de Rieux, “o bacilo está em todos. O que é natural é o micróbio”. (Camus, 2008, p. 239). Daí urge, exorta Camus, “tomar parte” em termos políticos, filosóficos, científicos, sanitários!

A Orã empestada é uma alegoria de um planeta cada vez mais devastado, incendiado, poluente que se transforma numa espécie de “Cubatão” a céu aberto onde os abutres rondam numa espécie de ritual. É a alegoria de certa forma de canibalismo humano. O altar do capital ocupa o novo lugar de culto desde que o homem se torna mercadoria, se faz objeto, se coisifica miseravelmente como subproduto final de um processo. Rieux encarna “sisificamente” a figura desse cidadão cômico de que, em meio ao sem sentido do absurdo, há, ao menos, um sentido sacral da vida humana; sentido esse calçado pelo pesadelo da peste que, a todo instante, nos cerca, implacavelmente. A questão de fundo é que, dada a sua profusão subjetiva, o homem também não é só o portador da peste; ele se empestia metafisicamente. Ele se torna uma peste real para o planeta. Eis porque se há fortes indícios de que o tráfico de animais e a produção industrial de gado bovino formam uma combinação explosiva para todos, isso só acelera ainda mais a aparição de uma “era de pandemias” corrosivas indefinidamente.

Disso emerge, com mais vigor ainda, a figura de Rieux como um dos Sísifos dessa história: o que importa é seguir rolando a pedra montanha acima. Assim como Raymond, mesmo na condição de estrangeiro na cidade, num gesto absurdo de conversão, decide abrir mão de sua paz, de sua felicidade, de seu amor, para assumir o risco de cuidar dos demais em meio à peste. Ele encarna certo ideal socrático ao recusar o plano de fuga, sacrificando-se. Envolvido na luta diária que tornava possível a esperança, reconhecemos, em Rieux, uma consciência cuja clamor luta por justiça. Se é verdade que uma epidemia assola uma cidade, como a ocupação nazista assolara a França, é também verossímil que isso se deve não por obra ou capricho

da natureza, mas por decisões subjetivas, personalistas⁹, e, portanto, humanas. São escolhas políticas. Elas reclamam um esforço sisífico numa luta contra todo “cientificismo”¹⁰ e suas práticas sobejamente conhecidas que beiram ao obscurantismo e ao charlatanismo como a eugenia (cf. Diwan, 2007) ou a imunidade de rebanho. Não raras vezes, tais discursos obtêm seu *referendum* cientificista como selo de garantia!

Frente a isso, o que Camus oferece ao leitor? Ele põe, em marcha, por meio de sua personagem, um grito de revolta; revolta de um senso não só prático, mas profundamente reflexivo. Não se pode ficar indiferente; não existe neutralidade. Pois bem, essa práxis da revolta é o princípio de crítica ante o irracionalismo e o niilismo. Como ilustra Ricœur (1996, p. 82), em Camus, trata-se de “exorcizar o demônio das filosofias do absurdo, o *niilismo*, que ele define com muita precisão: o ódio da vida em nome do absurdo”. A defesa intransigente da vida é a máxima; é uma espécie de mantra de *A Peste*:

A Peste tentava fazer emergir a vida, o valor da vida do desastre de todas as crenças, de todas as esperanças, de todas as profissões de fé. É nela que se encontravam Rieux e Paneloux, o ateu e o padre. Se, pois, ele (Camus) fala do absurdo, é a título de diagnóstico do seu tempo. O absurdo, segundo ele, é a conquista da consciência moderna; o importante é partir desse fato clínico para lutar contra os mercadores da morte, contra os déspotas científicos. (Ricœur, 1996, p. 82).

Nessa direção, acena, novamente, Ricœur (1996, p. 83): “é no tema da *revolta* que Camus tenta encontrar algo além da complacência com o absurdo e a primeiríssima resposta ao niilismo. O absurdo é uma emoção: a revolta, uma vontade”. Ricœur parece captar, com descomunal exegese, a tese forte de Camus. A revolta irrompe com o niilismo à medida que não constitui um sentimento meramente passivo ou passional. Ela não é um conformismo. Ela é um querer, uma vontade primacial em prol da vida que se volta contra certa justificação moral ou insana ganância dos mercadores da morte. Com a quantidade de vírus que tem surgido, seja pelo rápido crescimento industrial gerando alteração no clima, seja pelo indisfarçado interesse de potências na fabricação de armas biológicas e de

⁹ Ver Silva (2016).

¹⁰ O cientificismo é uma postura claramente ideológica que, por vezes, o cientista adota à medida em que ele se deixa suggestionar por certo sensacionalismo midiático ou se orientar por algum interesse político-econômico. Um bom exemplo disso é o que ocorre com a indústria farmacêutica que, cada vez mais, tem se focado, exclusivamente, por certa lógica de mercado com o indiscreto assentimento de personalidades médico-científicas como Osmar Gasparini Terra, médico e deputado federal e Paolo Marinho de Andrade Zanotto, virologista da USP, para situarmos, apenas, o caso brasileiro. Tal indústria não opera sobre uma política profilática (preventiva), mas posológica (curativa)! Quer dizer, o nicho farmacêutico só atua à medida que a doença já se instalou, entranhou, aprofundou, visando angariar lucro! Assim, a ofensiva contra os institutos de pesquisa e à ciência buscando minar recursos e ferindo a autonomia da universidade visa mascarar, ideologicamente, uma ação governamental; uma plataforma política de poder. É assim que o discurso da “imunidade de rebanho” ressignifica, em termos nietzschianos, um novo *éthos*, como “moral de rebanho”! Há um instinto gregário aí fortemente insuflado em que a população é tratada como “gado”, “manada”. A defesa dessa imunidade, da necessidade de infecção, surge como um imperativo, uma palavra de ordem, um comando, uma ação política! Nessa medida, o elogio à cloroquina se insere, industrialmente, como postura cientificista, flagrantemente ideológica como projeto atirando os cidadãos brasileiros numa espécie de roleta russa. O vírus não age apenas como micro-organismo ou agente patogênico, mas como um novo figurante político do extrativismo neoliberal.

pesquisas de certos laboratórios, se torna cada vez mais evidente o vínculo direto da peste com a sociedade moderna; sociedade essa cada vez mais aviltada em crises de toda ordem. O que um personagem mercenário do feitio de Cottard estampa, desde o início, é certo oportunismo comercial de empresas que, não pensam duas vezes, em obter lucros à revelia de todo sacrifício sanitário, mesmo se preciso for, ter que apelar para bons negócios durante o período de pandemia, com o comércio ilegal e preços abusivos. Esse gesto acena para um fator fatídico, em nossos tempos: nem o mercado nem o sistema privado de saúde complementar são capazes de preservar a vida da sociedade.

Outra lição a ser tirada de que quem mais sente a crise é de, contrariamente, ao que se apregoa, não “estamos todos no mesmo barco”. Esse é um típico clichê, daqueles homens de “corações bons”, “almas puras” que buscam, a todo preço, fazer valer seus mais escusos interesses. Tal dito não se sustenta uma vez confrontado com a prática. O vírus é “classista”; ele tem um alvo privilegiado: a classe trabalhadora, os negros, os pobres. Ora, no caso brasileiro, ao referendar a política previdenciária via a recente reforma trabalhista, tais camadas formam uma classe que não é a classe média. A classe média não é aquela mensurada estatisticamente pelo IBGE em termos salariais, mas aquela que se inflama sociológico e ideologicamente como certa concepção de mundo elitista em que se tenta apagar a história. Já a classe trabalhadora é aquela em que lhe foi roubada a narrativa; não tem lugar de fala; não tem voz, nem vez! Exceto uma pequena porcentagem da população, fato é que a maioria vive com famílias numerosas em comunidades e favelas sob maior risco de contágio. É o pobre, o negro do subúrbio, onde não há saneamento básico decente, enfim, os desvalidos e desempregados as camadas mais vulneráveis.

Vimos, então, ao final da crônica, certa ideia inquieta, perturbadora: a de que, em tempos de peste, a consciência do absurdo e a revolta existencial não deve insuflar, na consciência humana, o sentimento de orgulho, mas sim o desejo da ignorância, ou melhor, da prudência como virtude. Não se pode prescindir da observância da medida, única amante dos flagelos, como diria a crônica. Não se trata de ignorar os cuidados ou protocolos sanitários de prevenção, mas de reconhecer, acima de tudo, que a morte não se erradica totalmente: ela permanece latente como uma realidade inelutável e aleatória posta pela pandemia. Assim, malgrado nossas máscaras de tecido, nossa mais estrita observância da justa medida, chegará o dia insuportável na cidade em que trombaremos com pessoas moribundas dos mais diversos recantos, em meio a choros e gritos. “Nesse dia”, prevê Rieux, “não haverá mais remédio que eu possa lhes dizer, exceto a compaixão que é irmã da ignorância” (Camus, 2020, p. 8). Quer dizer, tais protocolos, por mais eficazes que sejam, como meio de intervir no “achatamento da curva” pandêmica e, com isso, não sobrecarregar o sistema público e até mesmo privado de saúde, não dão conta de um aspecto profundamente humano: a erradicação de uma “peste” instalada na consciência de nosso tempo que é o narcisismo.

Camus nos convida a uma pedagogia (cf. Pimenta, 2021; Tristão, B. S.; Marques, L. A.; Oliveira, Y. A. 2020) a um novo discernimento, a um exame de consciência mais radical. Essa consciência será aquela capaz de gerir um novo éthos, um novo *Umwelt* coletivo e mais corresponsável. É o que, em sua entrevista concedida à *Folha*, em 1949, em sua passagem pelo Brasil, o escritor comentara: “Não poderemos ficar alheios e distraídos. Nem o momento comporta atitudes de

indiferença. Não durmamos, pois, que a paz será uma realidade, ela que, agora, não passa de uma promessa” (Camus, 1949).

Conclusão

Vale dizer que, ao se debruçar sobre os mesmos temas em crônicas, romances, peças e ensaios, Camus não pretende erguer um humanismo abstrato, e, por consequência, açucarado, ou seja, desprovido de qualquer brio político ou engajamento. Camus não nos oferece esse tipo de saída fácil. Seu contributo não é o de uma soteriologia messiânica. Rieux não é um charlatão ou um alquimista inconsequente. Sem dúvida, a personagem não deixa de reconhecer sobre o quanto a existência é absurda em seu sentido mais nu e cru. É bem verdade que, nos confins da pobre Oran, Rieux metaforiza a revolta, mas essa está longe, bem longe, de ser um quietismo.

Revoltar-se é engajar-se! Em hipótese alguma, a luta contra o flagelo serviria para encobrir injustiças menores, justificando sacrifícios até que a grande ameaça fosse afastada. Este é precisamente o desafio do revoltado: não se conformar nem desesperar, como bem exortara Rieux. E quando a peste for desaparecendo, um ano depois, e a normalidade estiver por ser retomada, ele adverte: esta vitória será passageira. Afinal, “o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca” (Camus, 2008, p. 291); ninguém é imune.

A peste é esse fenômeno inalienável a nos lembrar, num dado instante, a nossa condição absurda na qual a morte, a todo tempo, mina ou paira sobre todos, sem exceção. Pois, se “a praga maldita”, como se diz, exacerba-se rondando-nos implacavelmente como uma caixa de pandora que, uma vez aberta, dissemina toda sorte de males é justamente porque são esses mesmos que existem, difusos, por vezes, inconscientemente em nosso mundo interior ou *Lebenswelt* intersubjetivamente compartilhado, mas que são esquecidos ou sublimados. E se esquece ou se subestima ainda mais quando, por exemplo, as injustiças e mortes não são testemunhadas, enquanto não atingem nossos próximos. Aí tendemos a menosprezar sua constante ameaça. Camus faz ver que estamos não apenas condenados a uma condição absurda e limitada, mas também condenados a esquecer tal condenação. Esse é, sem dúvida, um ponto nevrálgico desse estado de crise em que a vida se encontra por um fio. Habitualmente não nos damos conta do que pode nos aguardar. É mais cômodo mantermos neutro, distante, insensível, o que, temporariamente, acalma, pacifica, mas, a longo prazo, retorna em nossa consciência carcomida. Ou, ainda, parece mais alentador nos entregarmos, de vez, no automatismo da vida moderna; dispomos aí de um alibi, um pretexto para nada fazer. Tudo isso para não sentirmos o peso do presente em nome de um dogma dos tempos modernos: a crença nas abstrações do progresso, no mercado, num futuro redentor. Com esse tipo de ópio, anestesiemos nossas dores existenciais e, se preciso for, com literatura de autoajuda.

Camus, no entanto, indica outra direção. Ele põe na boca de sua personagem uma crônica que não promete cura e que já assusta só pelo título de um autor exilado. O seu único poder curativo é o de mostrar que o entretenimento com coisas tolas, produto direto de nossa anestesia espiritual, pode nos devolver uma melhor consciência de nosso tempo. Recobra-se a consciência a partir do momento em que abraçamos, camusianamente falando, a verdadeira causa: a revolta. A revolta não pode ser filantrópica pura e simples. Isso também é comportamento anestésico, ou

seja, que acalenta almas; apazigua os mais nobres espíritos, ou como se inflama, em sentido burguês, redime os “cidadãos de bem”. Sob esse aspecto, *A Peste* é um clamor de resistência a tudo o que é ideológico, retoricamente infame ou a um quietismo metafísico. A revolta como resposta ao absurdo não se move ingenuamente por uma atitude assistencialista, ou, se quiser, por um sentimento de fraternidade efêmero, que encobre diferentes interesses de classe e alimenta patriotismos.

Assim como Rieux saiu do conforto de seu consultório sem erguer qualquer muro ao redor de si para se jogar, de corpo e alma, numa luta travada em prol de vidas que lhe importam, ele chama, para si, a responsabilidade de considerar desnecessário o recurso a um sentido superior que pudesse justificar as condutas. Toda e qualquer ameaça não provém de algum gênio maligno ou de um deus *ex machina*, sádico, por definição, que, do alto de sua onipotência, atira os homens à própria sorte. É preciso reconhecer, em sentido camusiano, que o que subleva o revoltado não é um mal externo ao homem: é o absurdo da vida. É a descoberta de que a existência de cada um, ou o sentido que a ela se quer dar, está relacionada com a existência dos outros e com o sentido que eles lhe dão, quer dizer, a descoberta de que minha relação com os outros depende da maneira que forjo e como vivo minha existência. Ele, agora, não mais alimenta falsas esperanças. Se há algum sentido a ser encontrado é no enfrentamento dos absurdos. Como nota, em seu célebre discurso, o escritor:

Cada geração, sem dúvida, julga-se destinada a refazer o mundo. A minha, entretanto, sabe que não o reformará. Mas o seu papel talvez seja maior. Consiste em impedir que o mundo se desfaça. Herdeira de uma história corrompida onde se misturam as revoluções decaídas, as técnicas que enlouqueceram, os deuses mortos e as ideologias extenuadas, onde poderes medíocres podem, hoje, destruir tudo, mas não sabem mais convencer, onde a inteligência se abaixou ao ponto de se tornar a escrava do ódio e da opressão, esta geração foi obrigada a nela própria e em torno dela restaurar, a partir unicamente de suas negações, um pouco daquilo que faz a dignidade de viver e morrer. (Camus, 1957).

Enfim, a revolta não é uma reação insequente, mas uma ação refletida, um esforço indispensável de ler o acontecimento, no que mais de absurdo, estranho ou paradoxal nos invade, nos intriga. Sob esse espectro, Rieux engaja-se ao assumir, por mais excêntrico que seja, sua condição. Ele não desiste fácil; tem a coragem necessária pra abraçar uma causa, custe o que custar. Ele leva o juramento de Hipócrates às últimas consequências.

Referências

BICALHO, A. M. *Graciliano Ramos, Valerie Rumjanek e o processo de (re)criação em 'La Peste' de Albert Camus*. Salvador: UFBA, 2007 [Dissertação de mestrado]

CAMUS, A. *La peste*. Paris: Gallimard, 1947.

CAMUS, A. “Entrevista”, In: *Folha de São Paulo*, jul/1949.

CAMUS, A. *Discours de réception du Prix Nobel de littérature in Stockholm*, 10 décembre 1957. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=uOdp7zxaPeQ>

CAMUS, A. *A peste*. Tradução: Graciliano Ramos. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

CAMUS, A. *A peste*. Tradução: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: BeslBolso, 2008.

CAMUS, A. *Exhortation aux médecins de la peste*. Paris: Gallimard, 2020.

DIWAN, P. *Raça humana: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.

MERLEAU-PONTY, M. *Signes*. Paris: Gallimard, 1960.

MERLEAU-PONTY, M. *Le visible et l'invisible*. Paris: Gallimard, 1964.

PIMENTA, A. R. A ética da alteridade na filosofia de Camus. *Philosophos*. Goiânia, v.17, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2012.

PIMENTA, D. R. *Entre o absurdo e a revolta: por uma proposta filosófica para o ensino de filosofia pensada a partir de Albert Camus*. Porto Alegre: Fi, 2021.

PUENZO, L. *La peste*. Buenos Aires, 1992, 105min [película baseada na obra homônima de Albert Camus]

RICŒUR, P. *Leituras 2: a região dos filósofos*. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, C. A. F. A pessoa, em carne e osso: Gabriel Marcel, para além do personalismo In: SILVA, C. A. F. (Org.). *Festschrift aos 20 anos do Simpósio de Filosofia Moderna e Contemporânea da UNIOESTE*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2016, p. 161-197.

TRISTÃO, B. S.; MARQUES, L. A.; OLIVEIRA, Y. A. Camus entre a peste e a pandemia. *Investigação Filosófica*, Macapá, v. 11, n. 3, p. 115-127, 2020.

ZÉ GERALDO. Banquete de hipócritas. Composição de Marco Rezende. In: *Álbum, No meio da área*, 1998. Duração: 3, 33min

VVAA. *Bíblia sagrada*. Trad. Matos Soares. São Paulo: Paulinas, 1977.

Recebido em: 06/2023

Aprovado em: 08/2023